

# Sumário

*Prefácio*, xv  
*Apresentação*, xix  
*Nota do Autor*, xxiii  
*Introdução*, 1

## **Parte I – Aspectos gerais, 9**

- 1 Direito internacional público, 11**
  - 1 Definição de direito internacional, 11
  - 2 Nomenclatura, 12
  - 3 Argumentos negadores do direito internacional público, 13
- 2 Histórico, 16**
- 3 Fundamento do direito internacional, 26**
  - 1 Voluntaristas ou positivistas, 26
  - 2 Jusnaturalistas ou objetivistas, 27
  - 3 Outra visão, 29

## **Parte II – Fontes do direito internacional público, 31**

- 4 Tratados internacionais, 33**
  - 1 Aspectos gerais, 33
  - 2 Distinção de figuras conexas, 34
  - 3 Regência do direito internacional, 35
  - 4 Base instrumental, 37
  - 5 Classificação, 37
    - 5.1 Número de partes, 38
    - 5.2 Procedimento, 38

- 5.3 Mutualização, 39
- 5.4 Natureza das normas, 40
- 5.5 Execução no tempo, 41
- 5.6 Execução no espaço, 41

## 5 Condições de validade dos tratados, 43

- 1 Capacidade das partes, 43
  - 1.1 Reconhecimento do Estado, 44
- 2 Habilitação dos agentes signatários, 45
- 3 Consentimento mútuo, 46
  - 3.1 Adesão, 48
  - 3.2 Acordos executivos, 49
    - 3.2.1 Acordo executivo como subproduto de um tratado vigente, 49
    - 3.2.2 Acordos executivos como expressão de diplomacia ordinária, 50
  - 3.3 Vícios do consentimento, 50
    - 3.3.1 Consentimento expreso com agravo ao direito público interno ou a restrições específicas ao poder de manifestar o consentimento de um Estado, 52
    - 3.3.2 Erro, dolo, corrupção, coação sobre o negociador ou sobre o Estado, 53
- 4 Objeto lícito e possível, 54
- 5 Pressupostos constitucionais para celebração de tratados internacionais no Brasil, 55
  - 5.1 Competência para negociar e firmar compromisso na ordem internacional, 55
  - 5.2 A participação do Poder Legislativo, 57
  - 5.3 Tratados internacionais sobre direitos humanos, 58

## 6 Efeitos dos Tratados Internacionais, 60

- 1 Efeitos dos tratados sobre terceiros, 60
  - 1.1 Efeito difuso, 60
  - 1.2 Efeito aparente, 61
  - 1.3 Repercussão de direito, 62
- 2 Interpretação, 63
  - 2.1 Sistemas de interpretação, 63
  - 2.2 Métodos de interpretação, 64
    - 2.2.1 Regra geral, 65
    - 2.2.2 Meios suplementares, 66
  - 2.3 Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas, 69
- 3 Tratados sucessivos sobre o mesmo assunto, 69
- 4 Reserva, depósito e registro, 71
  - 4.1 Reserva, 71
    - 4.1.1 As reservas no direito internacional, 72
    - 4.1.2 As reservas no direito brasileiro, 73
  - 4.2 Depósito, 75
  - 4.3 Registro, 76
- 5 Suspensão e extinção de tratado internacional, 77
  - 5.1 Impossibilidade superveniente de cumprimento, 77
  - 5.2 Outras causas de extinção, 78
- 6 Denúncia, 78

*Apêndice*, 80

- 7 Outras fontes de direito internacional público, 82**
  - 1 Costume internacional, 82
  - 2 Princípios gerais de direito, 84
  - 3 Decisões judiciais, 87
  - 4 Doutrina, 88
  - 5 Equidade, 89
  - 6 Atos unilaterais, 91
  - 7 *Soft Law*, 92
  - 8 Hierarquia, 93
- 8 Relações entre o direito interno e direito internacional, 94**
  - 1 Relevância da questão, 94
  - 2 Primeira fase, 95
    - 2.1 Monismo e dualismo, 95
    - 2.2 Falhas do dualismo, 97
    - 2.3 Falhas do monismo, 98
    - 2.4 A posição adotada, 98
  - 3 Segunda fase, 100
  - 4 Direito internacional e o direito brasileiro, 102
    - 4.1 A aplicabilidade do direito internacional pelo juiz brasileiro, 102
    - 4.2 Aplicabilidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos, 107
    - 4.3 Posição adotada, 111
    - 4.4 Situações em que o Supremo Tribunal Federal entende pela prevalência dos tratados internacionais sobre a norma infraconstitucional, 117
    - 4.5 A revisão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal quanto aos tratados internacionais sobre direitos humanos, 119
    - 4.6 A ratificação no direito brasileiro, 127

### Parte III – Sujeitos de direito internacional público, 131

- 9 Estado, 135**
  - 1 Aspectos gerais, 135
    - 1.1 Classificação, 136
  - 2 Reconhecimento, 138
    - 2.1 Reconhecimento de Estado, 139
    - 2.2 Reconhecimento de governo, 141
  - 3 Extinção e sucessão de Estados, 142
    - 3.1 Modos de extinção, 142
    - 3.2 Sucessão, 143
  - 4 Santa Sé, 144
- 10 Dimensão territorial do Estado, 146**
  - 1 Território, 146
    - 1.1 Fronteiras, 147
  - 2 Direitos do mar, 149
    - 2.1 Mar territorial, 150
    - 2.2 Zona contígua, 152
    - 2.3 Zona econômica exclusiva, 152
    - 2.4 Alto-mar, 152
    - 2.5 Plataforma continental, 153

- 3 Espaço aéreo, 153
- 4 Espaços internacionais comuns, 155
  - 4.1 Alto-mar, 155
  - 4.2 Antártida, 156
  - 4.3 Espaço cósmico, 157
- 11 Dimensão pessoal do Estado, 160**
  - 1 Nacionalidade, 160
    - 1.1 Sistemas de nacionalidade, 162
    - 1.2 Regras costumeiras de nacionalidade, 163
    - 1.3 A nacionalidade brasileira, 163
  - 2 Condição jurídica do estrangeiro, 166
    - 2.1 Estatuto privilegiado Brasil-Portugal, 166
    - 2.2 O caso da União Europeia, 167
  - 3 Exclusão do estrangeiro do território do Estado, 168
    - 3.1 Deportação, 169
    - 3.2 Expulsão, 171
    - 3.3 Extradicação, 175
  - 4 Asilo, 183
- 12 Organizações internacionais, 185**
  - 1 Aspectos gerais, 185
  - 2 Personalidade jurídica, 187
  - 3 Estrutura, órgãos e procedimentos, 188
    - 3.1 Processo decisório, 188
    - 3.2 Relações com Estados terceiros e o poder de firmar tratados, 189
    - 3.3 Direito de retirada, 190
  - 4 Sede, representação e finanças, 192
  - 5 Sanções, 193
- 13 A pessoa humana no direito internacional, 195**
  - 1 Aspectos gerais, 195
  - 2 Internacionalização dos direitos humanos, 197
  - 3 Direitos humanos e direitos fundamentais, 202
    - 3.1 Fundamento, 203
    - 3.2 Direitos humanos e solidariedade, 203
    - 3.3 Universalismo ou relativismo, 204
- 14 Organização das Nações Unidas, 207**
  - 1 Histórico, 207
  - 2 Membros componentes, 209
  - 3 Órgãos da ONU, 211
    - 3.1 Assembleia Geral, 211
    - 3.2 Conselho de Segurança, 212
    - 3.3 Conselho Econômico e Social, 214
    - 3.4 Conselho de Tutela, 216
    - 3.5 Conselho de Direitos Humanos, 216
    - 3.6 Secretariado, 216
    - 3.7 Corte Internacional de Justiça, 217
  - 4 A ONU e os Estados não membros, 219
  - 5 Organismos especializados da ONU, 219

**Parte IV – Temas específicos, 221****15 Conflitos internacionais: solução pacífica e guerra, 223**

## 1 Solução pacífica de conflitos internacionais, 223

1.1 Meios diplomáticos, 224

1.2 Meios políticos, 225

1.3 Meios jurisdicionais, 227

1.3.1 Arbitragem, 227

1.3.2 Solução judiciária, 228

1.4 Medidas coercitivas, 229

## 2 Guerra, 233

2.1 Histórico, 234

2.2 Direito internacional humanitário, 235

**16 Responsabilidade internacional, 238**

## 1 A responsabilidade, 238

## 2 A responsabilidade internacional, 239

2.1 Responsabilidade internacional subjetiva, 241

2.2 Responsabilidade internacional objetiva, 242

2.3 Excludentes da responsabilidade internacional, 242

2.4 Consequências da responsabilidade internacional, 244

2.5 A Responsabilidade internacional do Brasil, 246

## 3 Proteção diplomática, 248

**17 A Proteção internacional dos direitos humanos, 250**

## 1 Aspectos gerais, 250

## 2 Tribunal Penal Internacional, 251

2.1 A fase dos tribunais *ad hoc*, 251

2.2 O Tribunal Penal Internacional, 252

2.3 Distinções entre o TPI e os tribunais *ad hoc*, 253

2.4 Estrutura do Tribunal Penal Internacional, 253

2.5 Jurisdição, 254

2.6 Princípios da complementariedade e da cooperação, 254

## 3 A Corte Interamericana de Direitos Humanos, 255

3.1 Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 256

3.2 Corte Interamericana de Direitos Humanos, 258

3.3 A execução das sentenças da Corte Interamericana no Brasil, 259

3.3.1 O caso Damião Ximenes Lopes, 260

3.3.2 Outros casos, 261

3.4 Incidente de deslocamento de competência, 263

**18 Imunidade à jurisdição estatal, 266**

## 1 Aspectos gerais, 266

## 2 Diplomacia e serviço consular, 267

## 3 Privilégios diplomáticos, 269

## 4 Privilégios consulares, 272

## 5 Primado do direito local, 278

## 6 Imunidade do Estado estrangeiro, 279

6.1 Imunidade do Estado brasileiro, 283

<b>19</b>	<b>A Organização Mundial do Comércio e o sistema multilateral de comércio internacional, 286</b>
1	Aspectos gerais, 286
2	A regulação do comércio internacional, 291
3	A OMC e seus dilemas, 294
3.1	Multilateralismo e regionalismo, 295
3.2	Livre comércio e desenvolvimento, 295
<b>Parte V – Direito comunitário, 297</b>	
<b>20</b>	<b>Direito da integração e a formação de blocos regionais: o MERCOSUL, 299</b>
1	Integração econômica, 299
2	Integração regional na América Latina, 303
3	O MERCOSUL, 304
3.1	O sistema de solução de controvérsias no MERCOSUL, 308
<b>21</b>	<b>A União Europeia, 312</b>
1	Histórico, 312
2	A União Europeia e suas principais instituições, 316
<b>22</b>	<b>Direito comunitário, 324</b>
1	Aspectos gerais, 324
2	Aplicabilidade direta do direito comunitário, 326
2.1	Implicações da noção de aplicabilidade direta, 330
3	Princípio da primazia do direito comunitário, 330
4	Interpretação conforme, 333
5	Apreciação uniforme, 334
6	Princípio da subsidiariedade, 335
7	Princípio da proporcionalidade, 339
8	As liberdades comunitárias, 340
9	Atos unilaterais da autoridade comunitária, 344
9.1	Regulamento, 344
9.2	Diretiva, 346
9.2.1	Conteúdo da diretiva, 348
9.2.2	Força Obrigatória da diretiva, 349
9.2.3	Liberdade de escolha da forma e dos meios, 350
9.2.4	Efeito direto – vertical e horizontal, 352
9.2.5	Aplicabilidade direta, 355
9.2.6	Interpretação conforme, 359
9.3	Decisão, 360
9.4	Recomendações e pareceres, 360
	<i>Referências, 363</i>
	<i>Anexo I – Principais abreviaturas utilizadas, 371</i>
	<i>Anexo II – Relação de acórdãos do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia, 373</i>